Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

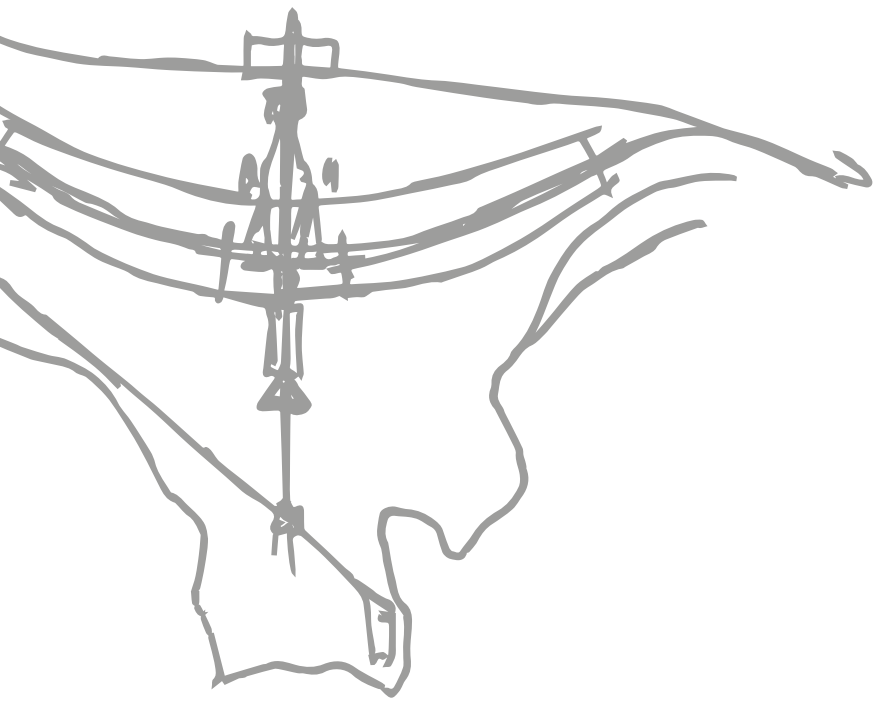
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte VI
BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal

Maria Paula Vasconcelos Taunay

O presente capítulo analisa a gestão do secretário e embaixador Wladimir do Amaral Murtinho à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, entre 1974 e 1979. Os estudos da história da educação do Distrito Federal buscam relativizar a individualidade dos personagens, promovendo uma abordagem coletiva dos fatos, evidenciando uma multiplicidade de atores.

Partiu-se da audição de depoimentos de Wladimir Murtinho, concedidos ao Arquivo Público do Distrito Federal (Murtinho, 1990a), que disponibilizou para esta pesquisa 34 arquivos com entrevistas em áudio, além de um dossiê com 87 arquivos, contendo documentos relativos à sua gestão à frente da Fundação Cultural do Distrito Federal. Foi consultado, ainda, o Anuário da carreira diplomática (MRE, 1983), para localizar as narrativas e os arquivos concedidos pelas assessoras Letícia Redig e Graça Campos, com vistas a produzir um acúmulo de memórias coletivas, no espaço e no tempo, como destaca Le Goff:

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do

> documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com plena causa e conhecimento. (Le Goff, 1996, p. 470)

Os anos setenta

No conturbado contexto político internacional dos anos 1970, assistia-se à Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, e o processo de independência das colônias portuguesas na África, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Acordos diplomáticos descolonizaram Angola e Moçambique entre guerras civis sanguinárias contextualizadas pela Guerra Fria. Na América Latina, o regime militar brasileiro, dentre outras ações, criou a "Doutrina de Segurança Nacional", que permitia ações repressivas conforme o "interesse da segurança nacional". A opção pelo fortalecimento da corrida espacial e armamentista influenciava a infindável Guerra do Vietnã. Outros tantos Estados democráticos seriam marcados por violência política, luta armada e terrorismo, sofrendo políticas de endurecimento do aparato repressivo estatal.

No Brasil, edificava-se a sociedade tecnocrata padronizada pela eficiência técnica, em uma época caracterizada pelo crescimento da desigualdade social e da pobreza no país. A entrada maciça de capital estrangeiro combinada ao arrocho salarial resultou em elevados índices de crescimento econômico e inflação baixa, segundo a fórmula não distributiva do então ministro da Fazenda, Delfim Neto, de "esperar o bolo crescer para só depois dividi-lo", abrindo as portas à importação do modelo de cultura dos países do Norte, cujas influências nas manifestações nativas provocavam embaraços na autenticidade das referências nacionais (Baghdassarian, 2019).

Wladimir do Amaral Murtinho assumiu Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal durante um quadro social marcado pela violência contra os opositores do regime e o crescimento de prisões, torturas e assassinatos, no campo e nas cidades brasileiras. As contradições sociais eram muitas e a

prática da censura foi garantida pela publicação do Ato Institucional n.º 5, para impedir a liberdade de imprensa e as manifestações políticas. Cometiam-se infrações penais e ostentavam-se práticas abusivas contra cidadãos. Na década de 1970, afirmava-se o propalado desenvolvimento econômico, com variantes de crescimento entre 7 e 13% ao ano, impondo-se ao campo da educação um modelo autoritário, voltado para a modernização das relações de produção, conforme anunciava o presidente Médici:

> Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação [...]. Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento. (Ferreira Jr; Bittar, 2006)

O governo Médici encerrou a fase de euforia causada pelo crescimento econômico com queda no panorama internacional, que expôs o grau de dependência brasileiro. A crise do petróleo no mercado internacional, a elevação dos juros na economia global e o agravamento das desigualdades socioeconômicas durante o "milagre econômico" levaram o governo a estabelecer normas para a concessão de auxílio do tesouro federal aos sistemas estaduais e municipais de educação, estipulando formas de financiamento da educação pela União e centralizando recursos e políticas (Brasil, 1972). Em contrapartida, verbas do governo federal foram repassadas para elaborar os Estatutos do Magistério a um contingente superior a um milhão de professores públicos estaduais e municipais, consolidando a carreira docente.

Como sucessor do presidente Médici, o general Ernesto Geisel, com sua imagem de militar desassociada do perfil linha dura do antecessor, iniciou nova fase do regime. Com uma taxa de analfabetismo na margem dos 33,6%, o Brasil possuía 63,43% de estudantes entre 7 a 14 anos matriculados nas escolas e outros 42,3% entre 15 a 17 anos. A reprovação e a evasão escolar

expressavam o gargalo da educação que demandava políticas sistêmicas de enfrentamento do problema. Nesse cenário, a transição política pretendia ativar mecanismos de sucateamento da educação para erradicar a reprovação e regularizar o fluxo escolar.

Sob esses pressupostos, implantaram-se duas importantes reformas legais na educação. A Lei n.º 5.540, de 1968, a Reforma Universitária, que reorganizou o funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio (Brasil, 1968). Em seu artigo 30, a referida lei estabelece que a formação de professores para o ensino de 2º grau e o preparo de especialistas em planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares seriam realizadas no nível superior. Na realidade, a reforma abria o campo para universidades privadas de baixa qualificação.

Já a Lei n.º 5.692, de 1971, estruturou os antigos primário e ginásio, criando diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. Sobre a formação do professor primário, os artigos 52 a 65 direcionavam, respectivamente, às escolas normais e aos institutos de educação, e dos professores de nível secundário, às faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Por meio dessa lei, os antigos cursos primário e ginasial foram reunidos e passaram a compor o ensino de 1º grau, com a duração de oito anos, e o 2º grau, com três ou quatro séries, generalizou no país o ensino profissionalizante. Ao apresentar o anteprojeto de lei ao general-presidente Emílio Garrastazu Médici, o então ministro da Educação, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, expôs:

> Outro capítulo de extrema importância é o "dos professores e especialistas" [...]. No que toca à formação, previu-se graduação superior, de duração curta e plena, para o exercício até o 1º e 2º graus, respectivamente, e habilitação de 2º grau para exercício até a metade do 1º. Para o preparo superior de curta duração, reforçando a rede existente, concebeu-se um tipo novo de faculdade, mais *modesta,* a surgir "nas comunidades menores". (Passarinho, 1971, p. 19)

A extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou uma expansão quantitativa da escola fundamental e exigiu um modelo pedagógico aligeirado na formação dos educadores. A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deterioraria ainda mais as condições de vida e de trabalho dos professores do ensino básico, que levou à deflagração de greves nacionais, entre 1970 e 1980.

Em face da política de arrocho salarial para professores de escolas públicas, uma parcela de 1,5 milhão dos professores regentes de classe com formação de nível superior perdeu o *status* social, tornando ainda mais precárias suas condições de vida. Com uma remuneração média mensal para professores do ensino de 1º grau, conforme nível de instrução, e a média salarial nacional de US$ 182,58, os efeitos engendrados contra a categoria, pela lógica manipuladora da administração pública, repercutiria como um avanço no processo de proletarização dos professores do ensino básico (Ferreira; Bittar, 2006).

Sem representação democrática, Brasília tinha seus cargos preenchidos por indicação da Presidência da República, após aprovação do Senado. Em 1974, o presidente Ernesto Geisel indicaria ao governo do DF Elmo Serejo Farias. Partiria dele a solicitação ao secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, de que o embaixador Wladimir Murtinho assumisse a Secretaria de Educação e Cultura, diplomata responsável pela transferência do Palácio do Itamaraty e das representações internacionais para Brasília.

> O Governador Elmo Serejo Faria fez uma entrevista comigo e a primeira coisa que ele fez foi perguntar se eu concordaria em desdobrar e assumir duas secretarias, a de Cultura e a Educação, imaginando ele que eu teria mais interesse na de cultura, o que era exatamente o oposto. Eu disse não, se eu venho, e eu teria muito orgulho de aceitar este convite, seria primeiro pelos dois e segundo porque a área que eu me interesso, verdadeiramente, é a educação. (Murtinho, 1990a)

Apesar da experiência à frente da Divisão Cultural no Ministério das Relações Exteriores, Murtinho desconhecia o sistema educacional local e suas necessidades de adaptação ao planejamento federal. Nunca havendo estado em uma escola local, Murtinho se dispôs a contribuir com a pasta, dando cumprimento às ações governamentais, agregando sua personalidade e refletindo seu refinamento intelectual nos projetos monumentais da cidade.

Pensada como uma cidade mais humana capaz de render autonomia e intenção à sua face identitária, Brasília foi concebida "não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma capital" (Costa, 1991). Com Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek, Anísio Teixeira compunha a constelação de mitos fundadores do Distrito Federal e igualmente autor dos fundamentos da cidade, elaborando o plano educacional concebido para o convívio e a emancipação do homem. O plano de Teixeira estruturou-se, harmonicamente, na relação entre saber, cultura e educação, em uma concepção experimentalista, em oficinas, ateliês e bibliotecas, para instrumentalizar os estudantes às formas de saber científico e saber humanístico (Teixeira, 1961).

Mesmo não tendo continuidade durante o regime militar, a gestão de Murtinho aproximou-se da concepção de educação do plano de Anísio Teixeira, na medida em que ajustou ações institucionais ao modelo de uma cultura universalista.

Filho de diplomata brasileiro estabelecido na Costa Rica, Murtinho trouxe referências ancestrais que evidenciavam suas escolhas pessoais e profissionais como diplomata e secretário de Educação e Cultura do DF. Sexto em uma família de treze filhos do diplomata Antônio José do Amaral Murtinho com Adita do Amaral Murtinho, foi criado sob princípios teosóficos, com base no otimismo e trouxe do contexto familiar o compromisso por aprimoramento social por meio de valores educacionais e culturais. Do lado materno, era neto de Mauro Fernandes, revolucionário político que atuou como ministro da Educação e da Economia costarriquenha, sendo o

responsável pela elevação da qualidade do ensino e da erradicação do analfabetismo nacional, desde então na liderança das questões educacionais de todo o continente americano, sendo declarado Benfeitor da Pátria, com sua imagem estampada nas notas de dois mil cólons.

> Devo dizer que o meu avô foi a pessoa que revolucionou a educação a nível de América Central, tudo o que se fala da Costa Rica é resultado de uma personalidade que conseguiu alterar a educação dando uma importância decisiva ao ensino básico em relação ao ensino universitário e criou a revolução educacional na Costa Rica de onde irradiou uma revolução a nível de América Central mas que realmente transformou a Costa Rica onde eu nasci, o que acontece é que eu nasci na Costa Rica. […] E meu avô havia sido esta personalidade, ele era de formação banqueiro, homem rico, profundamente interessado em assuntos educacionais e teve a oportunidade pela liberdade que lhe dava o fato de lidar com recursos próprios sem nenhum interesse econômico na minha instância da educação, pode fazer a revolução.
> A revolução era uma coisa muito simples porque era a importância ao ensino básico a nível da Costa Rica, quando me foi feita esta proposta eu evidentemente tinha visualizado que era possível fazer a nível de Brasília, aperfeiçoamento e acredito que apesar de todos os defeitos que Brasília continua a ser, primeiro porque o projeto de Anísio Teixeira, o pensamento que houve, as facilidades, o fato de que o Secretário de Educação pode ter acesso à totalidade das estruturas educacionais no mesmo dia. (Murtinho, 1990a)

Estabelecida entre a Costa Rica e o Equador, a família enviou o jovem Murtinho para dar continuidade à carreira do pai e se preparar para o concurso do Instituto Rio Branco. Estudou português no navio e ganhou fluência em conversas com o comandante do barco. No Brasil, viveu com os tios, Elza e Jorge Murtinho, médico homeopata. Na fase de preparação, seria estudante do professor Mozar Gurgel Valente, e, posteriormente, seu colega. "Gostava de dar bons presentes, não era político, mas gostava das artes, de falar muitas línguas e de inventar coisas", declara a irmã caçula Nouchy sobre o irmão que

cresceu distante, se reencontrando com frequência apenas ao final da vida, quando puderam compartilhar ocasiões de intimidade fraterna.

No Brasil, Murtinho se casou com Maria Antonieta Prado Uchôa, filha de Flávio Uchôa e Ana Iolanda da Silva Prado, sobrinha de Caio Prado Júnior e, juntos, começaram a carreira diplomática, no Itamaraty, pelo Serviço de Informações, em 1942 (Forte, 2008). Posteriormente, atuou no Setor de Publicações do Serviço de Documentação, em 1948, de onde seria convidado a compor a Secretaria Geral, em 1958. Nesta função, destacou-se sua vocação para os temas culturais, tendo sido convidado a assumir a Divisão Cultural, em 1959, área em que o conhecimento clássico demandava habilidades políticas para a carreira que despontava. Registra-se, nessa época, a negociação com o então secretário-geral da Capes, professor Anísio Teixeira, a propósito das candidaturas apresentadas ao posto de chefe do Programa de Formação de Professores, afeto ao Departamento de Educação da Unesco. O processo tramitou entre os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Cultura, representado pelas figuras de Murtinho e Teixeira, com o objetivo assegurar a elaboração, coordenação e direção-geral de um programa de formação e aperfeiçoamento de professores nas escolas primárias para refugiados árabes, na Palestina. Pretendia-se a melhoria dos métodos pedagógicos aplicados nas escolas primárias mantidas pela Agência das Nações Unidas de Assistência para Refugiados na Palestina e Oriente Próximo/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNRWA/Unesco), bem como o estabelecimento de uma base experimental de programas de estudos para os dois centros de formação de professores, na Jordânia (MEC, 1961).

À frente da Divisão de Comunicações, entre 1958 a 1959, e de Serviços de Relações com o Congresso, de 1963 a 1969, seria secretário-geral adjunto para Assuntos da África e Oriente Próximo, em 1972, chefe do Departamento da África e Oceania, em 1973. Em suas missões no exterior, serviu em Montreal, Ottawa, Caracas, Paris, Berna, Tóquio e Nova Déli (Brasil, 1983).

No campo educacional, Murtinho esteve à frente do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a implantação do Plano de Alfabetização, em 1966, representando o Ministério das Relações Exteriores. Foi presidente da Comissão Interministerial para Implantação da Infraestrutura Cultural de Brasília, em 1974, participando, ainda, dos estudos para implantação de bibliotecas escolares promovidos pela Unesco, em Oslo, em 1975.

Conheceu Brasília como membro da Comissão de Estudo e Elaboração do Plano de Transferência da Secretaria Geral para Brasília, desde 1957, partícipe que foi da Comissão de Estudo e Planejamento do Edifício do MRE, em Brasília. Foi membro do Grupo de Trabalho da Transferência para Brasília, e, como seu presidente, distinguia o complexo sistema de ideias planejado para a cidade.

A construção de Brasília foi tema de uma série de exposições itinerantes promovidas pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, propostas pelos diplomatas Wladimir Murtinho e José Osvaldo Meira Penna, entre os anos 1960 e 1970 (Todas, 1977). Em 1968, com a chegada das primeiras visitas oficiais a Brasília, Murtinho atuou no cerimonial que recepcionou a Rainha Elizabeth da Inglaterra, por doze dias no Brasil, quando foi levada para conhecer as novas instalações federais e diplomáticas, em homenagens no Palácio dos Arcos. Sua comitiva visitou o Jardim de Infância 308 Sul, com painéis azulejados de Athos Bulcão e projeto arquitetônico de Stélio Seabra, tombado pelo Patrimônio Histórico e doado à Fundação Educacional do Distrito Federal, em 1973.

A visita aconteceu durante o delicado momento político em que tensões populares se acirraram em manifestações de rua. Em maio de 1968, movimentações estudantis levaram ao assassinato do estudante Edson Luís, aquecendo o clima de descontentamento e convidando os jovens a marchar sob *slogans* libertários contra o governo. Especulava-se que os meios oficiais soltariam decreto de Estado de sítio, o que aconteceria um mês depois, com a publicação do AI - 5 (Brasil, 1968).

Ao secretário Murtinho caberia: *i)* executar a implantação do padrão nacional de ensino, de base tecnicista, cumprindo a obrigatoriedade de inclusão escolar na faixa etária de 7 a 14 anos no DF; *ii)* reformular o ensino de 1º grau, padronizando a formação básica para atividades da indústria, agricultura e serviços, com êxito na ampliação das matrículas, especialmente nas modalidades profissionais, conforme interesse do desenvolvimento econômico nacional; *iii)* garantir a produtividade por meio de programas de assistência ao educando — com a oferta de alimentação, serviços de saúde e material escolar —, que, discretamente, alterariam o sistema de financiamento da educação pública, com eliminação da gratuidade e alteração do regime de subvenções às unidades de ensino privado; e *iv)* defender a elevação do nível do pessoal docente, técnico e administrativo pela intensificação de cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, com a qualificação de recursos humanos para o Distrito Federal (GDF; FEDF, 1976).

O seu mandato caracterizou-se por uma sequência de decretos estruturantes para corrigir, em termos funcionais, o sistema anterior, como também compatibilizar o sistema de ensino ao novo regime, a partir da aprovação do Regimento da Secretaria de Educação e Cultura e da homologação do Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal. Na nova estrutura, o secretário de Educação e Cultura permanecia como presidente das Fundações Educacional e Cultural, sendo assessorado diretamente pelo chefe de Gabinete, pelo diretor do Centro de Planejamento e pelo presidente da Fundação Educacional, que respondia pelas Diretorias de Pedagogia, de Administração e de Finanças. Do mesmo modo, a presidência da Fundação Cultural acumulava a presidência do Conselho e a Direção Executiva.

Dados revelam, nesse período, o crescimento exponencial do sistema escolar: o Distrito Federal contava com 760.642 habitantes, sendo que, destes, estavam matriculados na rede pública de ensino 233.467 estudantes, distribuídos nas modalidades de ensino especial, de pré-escola, de primeiro e segundo graus e supletivo. A rede pública atendia três entre cada dez habitantes do DF.

> Por exemplo, em 1974, nós tínhamos 2.417 salas de aula, em 1978, quando nós saímos, nós tínhamos 3.710 salas de aula. Então foi uma época em que nós vivemos também um grande *boom* das construções porque tinha que se melhorar a questão do espaço físico. (Baiocchi, 1990)

O modelo de gestão em recursos humanos caracterizou seu mandato a partir de iniciativas permanentes em favor da qualificação profissional dos professores, com o apoio do Conselho de Educação, para o desenvolvimento de legislação específica para a carreira docente. A carreira dos professores foi regulamentada por meio do plano de educação do Distrito Federal, em decorrência da Resolução n.º 22/1975 (FEDF, 1975), que estabelecia a Tabela de empregos permanentes na Fundação Educacional do Distrito Federal, em três categorias profissionais para professores de ensino de 1º e 2º graus, pelas classes A, B, C. A resolução previa a classificação e reclassificação periódica de professores, especialistas em educação e outros profissionais e garantia lotação e remoção de professores por meio da Instrução n.º 31/1975. Segundo o documento, a "profissionalização do Magistério no Distrito Federal, Doutrina e Prática", a Resolução 46/1975, determinava que cursos de aperfeiçoamento, treinamento, especialização, atualização e extensão receberiam "suporte legal necessário na busca incessante de melhoria da qualidade do ensino e de meios satisfatórios de apoio para o exercício das atividades do pessoal de magistério" (GDF; SEC; FEDF, 1975b). A exemplo, cita-se o tratamento dado à disciplina educação artística, que trouxe ao Distrito Federal professores como Ana Mae Barbosa, Olga Reverber, Ingrid Colenam, Fanny Abramovich, IlloKrugli e Cecília Conde, para cursos de aperfeiçoamento, entre 1979 a 1981.

De acordo com o documento "Educador de Brasília", realizar-se-ia diagnóstico das condições de trabalho, no período suscitado, a partir de discurso motivador às atividades docentes e estímulo à busca contínua por atualização e ampliação das perspectivas de trabalho.

> Precisamos, nas escolas, de equipes diretivas exigentes, criativas, confiantes, apaixonadas por seu trabalho. Precisamos de técnicos de educação que assumam seu lugar na integração do currículo escolar; de técnicos, que não sejam apenas para atuação nos gabinetes, mas, e, sobretudo, voltados para a ação educativa. Precisamos de administradores, a um só tempo, eficazes e de profunda consciência da dimensão humana de organização. Precisamos de teóricos que sistematizam nossa experiência educacional e cultural, que não sejam simples transplantadores de ideias, mas que sintetizem a educação do Distrito Federal, a educação brasileira. (GDF; FEDF, 1976)

As providências administrativas e pedagógicas foram descentralizadas com a criação dos complexos educacionais no Distrito Federal. Previa-se, ainda, a construção de um sistema integrado de bibliotecas, áudio, videoteca e auditórios, com especial atenção às áreas de saúde, alimentação escolar e orientação educacional, para atender à normatização.

Figura 19.1: I Festival Latino-Americano de Arte e Cultura: palestra Literatura e Identidade, Anfiteatro, ICC. Tiago de Melo, Cardenal e Wladimir Murtinho



Fonte: CPDOC/UnB (1987).

Para dar cumprimento à pauta cultural e pedagógica, foram instituídos o Estatuto do Magistério (Brasil, 1976), a Resolução n.º 22/1975 (FEDF, 1975) e a Resolução n.º 83/76 (FEDF, 1976), que favoreceram a criação de redes de multiplicadores de experiências, para treinamento em atividades culturais programadas pela Administração de Pessoal, de Serviços Gerais, de Apoio Pedagógico e do Departamento de Cultura. O estatuto previa o ingresso dos professores por meio de concurso público para jornadas de trabalho de 20 ou 40 horas semanais, após estágio probatório, oferecia lotação voluntária, por meio de permuta, concurso ou *ex-officio*, e estabelecia remuneração, férias escolares e aposentadoria por meio de uma política de mérito educacional. Já a Resolução n.º 22/1975 classificava os professores em classes A, B ou C e definia um plano de carreira sistematizado por níveis de escolaridade, com atribuições a cada classe, bem como jornada de trabalho. Concedia gratificação aos professores lotados em zonas rurais e ajuda de custo para períodos de afastamentos para estudos. O processo foi articulado pelo secretário de Educação junto ao presidente Geisel e o Ministro Ney Braga e tramitou apenas no Senado, por ser a casa onde se legislava a respeito das questões referentes ao Distrito Federal. Por fim, a Resolução n.º 83/1976 (FEDF, 1976), do Conselho Diretor da FEDF, que tratava da concessão de incentivos funcionais para os professores integrantes da Tabela de Empregos Permanentes da FEDF, 17% para doutores, 12% para mestres e 10% para especialistas, treinamento e aperfeiçoamento, especialização e estudos adicionais.

Na Secretaria de Educação, destacavam-se as professoras Anna Bernardes da Silveira Rocha, à frente do Conselho de Educação do Distrito Federal, e Josephina Desounet Baiocchi, no Departamento Geral de Pedagogia da FEDF, professora de Língua Portuguesa e especialista em Psicologia que chegou a Brasília em 1964. Lecionou no Caseb e no Ginásio Industrial e atuou em várias frentes da administração até levar à Diretoria Geral de Pedagogia uma visão moderna acerca das adaptações necessárias em termos de gestão, descentralização do sistema e qualificação profissional docente de destaque à época:

> Nós temos que chegar um dia em que a escola não tenha só um diretor, que a escola seja dirigida por um conselho representativo, da comunidade, dos alunos, de que exista lá, que se processe um nível de discussão em função de algo fundamental para a sociedade brasileira que é a qualidade de ensino. Vamos fazer tudo pra essa escola ter qualidade, vamos fazer tudo para sermos melhores do que somos hoje, nós sermos mais preparados, para sermos mais politizados. (Baiocchi, 1990)

Na presidência do Conselho Diretor da FEDF, Emerson Jose de Almeida Santos, e na direção de administração, Nelson Braga Octaviano Ferreira. Na Fundação Cultural do DF, Ruy Pereira, como diretor executivo e braço direito do Secretário, articulava planejamento estratégico para professores e artistas.

Merece registro a institucionalização de fatos relevantes do período, como a abertura de novas escolas parque, a implantação da rede de bibliotecas no DF, o programa de incentivo ao teatro por meio de seminários e cursos, a criação do Centro Interescolar de Línguas, a criação dos complexos escolares, a descentralização das Escolas Normais, o incentivo à Escola de Música de Brasília e a formação do corpo sinfônico do Teatro Nacional.

Durante a gestão Murtinho, a Direção Geral de Pedagogia publicou "A Escola Parque em Brasília", documento elaborado com a finalidade de propor "a estrutura curricular das novas Escolas Parque a serem construídas decorrentes das alterações trazidas pela Lei n.º 5.692". O referido documento expõe a organização da escola mediante a reunião de recursos com formação especial, a participação dos alunos na dinâmica das atividades pedagógicas e administrativas e a criação de clubes de atividades voltadas a interesses especiais, a ter início em 1976. Esperava-se, no período, a construção de oito escolas parque, "distribuídas em toda a extensão da cidade por seus planejadores urbanísticos. A primeira delas deverá ser construída, ainda este ano de 1975, na entrequadra 313/314 Sul. A prioridade deve-se ao critério de concentração populacional" (GDF - SEC-DF, 1975b).

A partir dessa proposta, foi aprovada pelo Conselho Diretor da FEDF a construção de três novas escolas parque, conforme documentado na ata da 274ª Reunião Ordinária, de 30 de junho de 1977. Entretanto, essas escolas apresentavam características diferentes da Escola Parque da 308 Sul.

> Estas três escolas construídas no período da ditadura militar não trazem em seus edifícios elementos de diálogo direto com a cidade, como acontece com a EP 308 Sul. Elas não estão estruturadas sobre pilotis, não utilizam cobogós, não possuem uma comunicação direta com o exterior. Apesar de possuírem grandes portas envidraçadas que possibilitariam o contato visual com o ambiente externo, estas escolas possuem um fechamento em formato de muro ou parede que contorna toda a área principal da instituição. (Xavier, 2017)

A Escola Parque 313/314 Sul, inaugurada em 1980, passou a integrar a rede oficial de ensino do Distrito Federal como uma unidade de ensino, com 4.901 m^2 de área construída, para atender estudantes de 1.ª a 6.ª série do ensino de 1.º grau das Escolas Classe 111 Sul, 113 Sul 114 Sul, 314 Sul, 315 Sul e 316 Sul. O projeto arquitetônico de Raul Frederico José Spinza Molinas

> resinifica uma área do pátio frontal da escola, em um ambiente de lazer de valor estético elevado e chamativo, composto de formas geométricas lúdicas compreendidas como possíveis brinquedos, feitas com alvenaria, concreto, barras de aço e pintura acrílica. (Xavier, 2017)

A Escola Parque 303/304 Norte, semienterrada, assemelha-se à Escola Parque da 313/314 Sul, tendo em vista que os projetos têm a mesma autoria. Essa unidade de ensino, com 7.300 m^2 de área construída, passaria a atender estudantes de 1.ª a 6.ª série do ensino de 1.º grau das Escolas Classe 102 Norte, 104 Norte, 106 Norte, 306 Norte e 705 Norte.

> Ao todo são 20 salas de aula, que atendem aos componentes curriculares arte (artes cênicas, artes visuais e música) e educação física. O espaço todo possui seis quadras poliesportivas,

> uma quadra de areia (todas sem cobertura), uma sala com espelhos, uma sala de jogos, vestiários e duas piscinas que não estão em funcionamento. Possui também auditório, teatro de arena coberto, sala de leitura, sala de recursos e salas para as atividades administrativas. (Freitas, 2020)

A Escola Parque da 210/211 Norte, também inaugurada em 1980, revela a estratégia da gestão Murtinho para o fortalecimento da educação e da cultura local com uma "área destinada às artes visuais (que) referencia diretamente o Pavilhão de Artes Industriais presente na Escola Parque 308 Sul, sendo uma grande área com divisões envidraçadas, para atividades agrupadas por tema e professor" (Xavier, 2017).

O empenho do secretário na retomada do modelo original de Anísio Teixeira, ao viabilizar, no curto mandato de quatro anos, a criação das três novas unidades pautadas pelo princípio da integralidade do conhecimento, revela que Murtinho conhecia o Plano de Construções Escolares de Brasília. Com um ensino pautado na educação pela arte como recurso globalizador, como um laboratório, a comunidade educativa necessitava de estruturas adequadas à aprendizagem. As instalações modernas em salas amplas, bibliotecas, refeitórios, pátios e consistentes investimentos permitiram a reformulação no planejamento da educação pública local, de modo a fortalecer o ensino da música, do teatro e das artes plásticas e o consequente estabelecimento de ampla frente de trabalho pedagógico nas novas escolas parque. Na época, utilizava-se a expressão "educação tridimensional" (GDF; FEDF, 1975a) para referir-se à otimização de recursos humanos e operacionalização de treinamento, em intercomplementaridade disciplinar com professores em estado de prontidão, para multiplicar nas escolas os novos conceitos na área das artes, conforme a proposta curricular.

Wladimir Murtinho concebia a constituição de uma sociedade culta mediante o acesso ao mundo letrado. Desde 1974, integrava a Comissão Consultiva de Alto Nível do Instituto Nacional do Livro, órgão vinculado

ao Ministério da Cultura, responsável por viabilizar bibliotecas, em nível federal. Murtinho promoveu a criação de redes de bibliotecas, em grandes instalações nos complexos escolares, voltadas ao público interessado na cultura literária, entre estas: as bibliotecas da 104/304 Sul, da 108/308 Sul, da 512/513 Sul e outras nos complexos escolares. A atuação próxima de Murtinho ao órgão gestor da política nacional favoreceu a composição dos acervos literários, com a distribuição de obras de autores nacionais pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Bibliotecas setoriais também foram criadas em Taguatinga e outras regiões administrativas, conforme revela a professora Branca Rabello:

> depois o professor Murtinho pediu que nós fizéssemos um planejamento no sentido de montar bibliotecas setoriais em todo o Distrito Federal. Então nós fizemos esse planejamento, que ficou também muito bom e que o professor Murtinho, o embaixador Murtinho, apresentou num congresso de biblioteconomia. E assim, instalamos a primeira biblioteca setorial lá em Taguatinga. Depois fomos, progressivamente, para outras cidades-satélites. (Rabello, 2004)

Murtinho incentivou diretamente o ensino do teatro, por meio de apoio à criação de público paralela à formação de professores nessa modalidade de ensino, com metodologia apropriada. Registre-se que a Conferência Regional de Formação de Professores em Teatro realizou-se com o propósito de apresentar o avanço das técnicas teatrais, como a utilização de fantoches, máscaras, marionetes, sombras, sonoplastia e oficinas de música, fotografia e cinema. O encontro pautou-se no relato de experiências e promoveu debates com a comunidade educativa, no auditório do Caseb, para analisar os percursos da dinâmica teatral para o estudo de comportamentos sociais e particularidades individuais. O encontro gerou a implantação de experiência piloto do ensino de teatro nas escolas dos novos complexos escolares e, posteriormente, estendeu-se às demais unidades de ensino. Dessa iniciativa, resultou o Projeto Aplauso, cujo objetivo era gerar, no mercado teatral,

oportunidades de apresentações teatrais, na rede de ensino, para despertar na população local o interesse pela cultura e pelo teatro. Com o mesmo propósito, promoveu-se o Curso de Aperfeiçoamento de Multiplicadores de Atividades de Dinamização a fim de orientar multiplicadores e facilitar o trabalho do professor dinamizador como formador em novos cursos. Verifica-se, assim, que, pedagogicamente, a gestão de Murtinho se caracterizou por inserir manifestações culturais no meio escolar e levar os estudantes a recriar vivências pessoais e grupais, desenvolvendo seu pensamento criativo e auto expressão, sobretudo, no jogo teatral (GDF; FEDF, 1975a).

Outra iniciativa que granjeou o apoio do secretário Murtinho partiu da professora Nice Galante, interessada em reproduzir uma experiência, observada nos Estados Unidos, de criação de um centro especializado na instrução de língua estrangeira na rede pública de ensino. Seu empenho levou à concepção do Centro Interescolar de Línguas 01 de Brasília (CIL), com procedimentos peculiares ao ensino de línguas e que oferecem ao mercado de trabalho do Distrito Federal, até os dias de hoje, estudantes fluentes em inglês, francês, espanhol, alemão e japonês.

Vinculado ao Departamento de Ensino de 2.º Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da FEDF, o primeiro CIL de Brasília surgiu em 1974, e suas atividades funcionavam nas dependências do Centro de Ensino Médio Elefante Branco. Foi reconhecido, institucionalmente, apenas em julho de 1980, por meio da Portaria n.º 17 (GDF; SEC, 1980). Sua estrutura pedagógica pretendia levar o estudante a ler, entender, falar e escrever uma língua moderna com compreensão, para oferecer novas oportunidades sociais e autonomia de acesso ao mercado de trabalho.

Ao assumir o cargo, Wladimir Murtinho herdou de seu antecessor o diagnóstico que alertava para a imperativa abertura de novas salas de aula na rede local, sobretudo nas regiões mais populosas. Os Complexos Brasília A, B, C; Núcleo Bandeirante A, Cruzeiro A; Guará A e B; Taguatinga A, B, C, D, E; Ceilândia A, B, C; Gama A, B, C; Brazlândia A, Sobradinho A,

B e Planaltina tiveram sua estrutura elaborada para implantação, em caráter diretivo e intermediário, das hoje conhecidas Gerências Regionais de Ensino. Durante a criação dos Complexos A, B e C da Ceilândia, ordenaram-se novas tendências arquitetônicas por meio de projetos de identidade visual arrojada. Com o suporte do arquiteto Molina, responsável pelo Departamento de Engenharia, a execução do Complexo B da Ceilândia constituiu-se o maior programa de construção escolar desde a inauguração da nova capital. Foram construídas 21 escolas, na Guariroba, Setor P Norte e Setor O e cinco outros centros educacionais inaugurados, entre 1978 e 1979. Vale destacar que essa população foi formada pela transferência dos moradores da Vila do Iapi, em 1975, e que, somente na administração de Murtinho, foram construídas as escolas. Nesse mesmo período, com a descentralização da gestão educacional do Distrito Federal, foi implantado o Projeto de Educação Ambiental da Ceilândia, que aproximava as escolas às demandas da comunidade. A importância e a singularidade dessa experiência mereceram relato detalhado no capítulo seguinte.

Deve-se ainda à gestão Murtinho a criação de escolas normais nas cidades-satélites, depois do reconhecimento ao trabalho de excelência realizado na Escola Normal de Brasília, na Asa Sul, desde 1961.

> Então eu achei fundamental criar Escolas Normais, em todas as cidades satélites, primeiro porque eu já passei do momento em que a Escola Normal já não era bem vista para pessoas de certa categoria. A pessoa ia para a Escola Normal com a ideia clara de ir para a Universidade. O resultado disso é que lecionavam pouco. A tendência delas era cortar um ou dois anos depois. Mais ainda, é que não era bem-visto ser normalista. Enquanto em Ceilândia ser normalista é um título. (Murtinho, 1990b)

O apoio da Secretaria de Educação à Escola de Música de Brasília resultou na ampliação do cenário musical da cidade, pois esperava-se que maestros e professores formassem um quadro de especialistas, em instrumentos

sinfônicos, populares e canto, desde 1963. As orquestras praticavam as bases da instrução musical no Distrito Federal, e, apesar das contradições do panorama nacional, abordava-se o ensino para a erudição. Para conectar a escola a outros conservatórios de renome internacional, Murtinho aproximou a instituição ao corpo diplomático e suas embaixadas, bem como outras organizações culturais nacionais e internacionais, viabilizando a continuidade dos cursos de verão e de inverno.

> Eu vi com muita alegria que os cursos da Escola de Música são a estrutura mais original que existe a nível pedagógico no país. Não há nada como esse ao redor do mundo. Eu vi duas ou três estruturas semelhantes. E isso é feito desde o começo do ensino em Brasília e continua, com altos e baixos, naturalmente, mas com uma qualidade extraordinária porque ainda se faz curso de verão que houve recentemente e mostra que o ensino está muito mais vivo. (Murtinho, 1990b)

As salas de concertos da Escola de Música de Brasília e o Instituto Nacional de Música da Funarte recebiam convidados oriundos das parcerias com o Instituto Cultural Brasil Alemanha e com a Embaixada da Argentina, com apresentações de Johnny Alf Trio, Clementina de Jesus e Nelson do Cavaquinho, recitais de Horácio Azcárate, Duo Morozowicz para piano e flauta; Sérgio Abreu em recital de violão, além do pianista Nelson Freire. No teatro, "As pequenas histórias de Lorca", no Teatro Galpão, "Vento Forte" e "Fora do Jogo", de Antônio Domingos Franco, Rui Rezende e Nilson Condé; "Os espantalhos querem andar", peça infantil, do grupo Pinta e Borda, no Teatro Galpão. O Teatro de Comédie Française, com suporte técnico e financeiro da Embaixada da França e da Revista Manchete, foi exibido no teatro da escola parque em virtude de o Teatro Nacional ainda não possuir o seu Corpo de Balé. Entre os estudantes da Escola de Música de Brasília, incluem-se Ney Matogrosso, membro do movimento coral dos anos 60, ex-integrante do Madrigal de Brasília, antes de despontar no grupo Secos e Molhados; Oswaldo Montenegro; Cássia Eller, entre outros.

No campo do ensino especial, houve a criação da primeira biblioteca Braille, na 612 Sul, e o início das políticas de formação e treinamento de professores, então sob a coordenação da professora Daisy Collet. Psicóloga pioneira em Brasília, Daisy seria responsável pelo desenvolvimento de uma metodologia particularizada, a partir do estudo de casos, por meio da análise de fichas individuais de observação, que, posteriormente, notabilizaria o segmento na cidade pelo alto nível de atendimento em estruturas especializadas para pessoas com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem.

Sobre o movimento associativista de professores do DF, em seu depoimento, Wladimir Murtinho revela incompreensão e inabilidade no trato dessas questões:

> Infelizmente os sindicatos no Brasil ainda estão na fase reivindicatória pura, acham que se tem cinco tem que ter seis, se tem seis, quero sete sem levar em consideração se isso vai prejudicar o ensino ou não, porque quanto mais você paga menos isso você tem. [...] então a pessoa diz de que adianta uma escola em que o professor não tem consciência porque ele parte da premissa que põe os defeitos no Brasil não é do Sindicato dos Professores é dos sindicatos no Brasil porque é tal o mal-estar salarial que eles não pensam no resto. Parece-me que deve ter sido lá por 1978, deve ser isto porque já era quase no fim da minha administração. (Murtinho, 1990b)

Desde 15 de outubro de 1960, a Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB) tinha a finalidade de "promover o congraçamento dos Professores do Ensino Médio, a defesa dos interesses e o aprimoramento cultural da classe" (Mude, 1961, p. 1). Com o golpe militar de 1964, o regime reduziu "os sindicatos a meras agências assistencialistas, inclusive como braços do Estado nas questões de saúde e previdência social" (Sinpro, 2019), que resultou na declaração de ilegalidade da Associação dos Professores do Ensino Médio. Em 1976, a denominada Associação de Professores do Distrito Federal retorna suas atividades a partir de negociações iniciadas em dezembro

de 1975. Em 1979, finalmente, os professores obtiveram registro do Sindicato dos Professores no Distrito Federal no Ministério do Trabalho.

Nesse mesmo ano, houve intervenção federal no sindicato dos professores, com a destituição da diretoria eleita. Foi instalada uma junta interventora até a eleição e posse de nova diretoria, o que viria a acontecer somente em julho de 1980. Durante os nove meses da intervenção, estabeleceu-se um ambiente de hostilidade nas negociações salariais da categoria de professores, que conduziram a uma longa greve.

Sobre as medidas coercitivas do regime, Murtinho revela-se contrário ao "dedurismo" presente nas escolas e universidades.

> Minha maior missão na Fundação Educacional é que eu acabei com o serviço de segurança. Naquela época havia o serviço de segurança em todo lugar e quando eu cheguei lá eu me neguei. Na ficha dos professores, era vista de lado e o serviço era ligado ao Serviço Nacional de Informação [...]. Tive às vezes limitações que o senhor acha, o senhor acha que existe tal pessoa? Eu dizia, eu não sei, mas então eu mandava catorze mil nomes para o SNI que olhava e quem lhe agradasse mais. E isso realmente foi, a meu ver, algo que mostrou que embora tivesse na época militar que era o fim, era o começo da liberação, a distensão era passível, eles não perceberam ou se perceberam, eu nunca vi. (Murtinho, 1990b)

Se, à frente da educação no Distrito Federal, o secretário cumpriu a legislação e marcou seu mandato por ações de capacitação profissional e adaptação da precária estrutura do sistema, também, na pasta da cultura, Murtinho estimulou o surgimento de movimentos culturais que integravam linguagens musicais, plásticas, audiovisuais e cênicas.

Se "Brasília era muito pobre culturalmente, era um período difícil, não havia grupo de teatro amador, não havia muitas opções, mas havia cinema" (Murtinho, 1990b), haja vista que o diretor-executivo da FCDF, Cleantho Rodrigues Siqueira e o professor Paulo Emílio Salles Gomes, anteriormente, criaram a Semana do Cinema Brasileiro, estrelando *A hora e a vez*, de Augusto

Matraga, e *Brasília – 1973*, documentários produzidos pelo governo local, projetados na Esplanada dos Ministérios, no Parque do Foguete, no Centro Esportivo Presidente Médici e no Autódromo. A gestão de Murtinho instituiria a Comissão do Festival de Cinema de Brasília e viabilizaria a projeção dos filmes *Brasil Ano 2000*, de Walter Lima Júnior, e *Homenagem a Anecy Rocha*, além de extensa programação com apoio da Embaixada da Holanda. No Cine Brasília, a programação trazia filmes como *Nenê Bandalho*, de Emílio Fontana e Douglas Marques de Sá, *Guerra Conjugal*, de Joaquim Pedro de Andrade, projeções de balé como *Romeu e Julieta* e *A megera domada*, com a bailarina Márcia Haydée e o *Ballet da Ópera Estadual de Stuttgart*, além de filmes internacionais como *Noite Americana*, *O dia do gafanhoto*, *A bela da tarde*, *Reed*, *México Insurgente* (Fundação, 1978).

A habilidade de Murtinho permitia-lhe mover-se como um felino, o que lhe rendeu o apelido de "gato preto", conferido pelo poeta TT Catalão. Dessa forma, atuou em parceria com o ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, para instalar exposições culturais, como no caso da exposição sobre o índio brasileiro, programada para 1975, que agregava três outras mostras: *Santos Dumont e o seu talento como designer*, *A inesgotável riqueza da cozinha brasileira* e a *Exposição do Sesquicentenário do nascimento do Imperador Pedro II*, com recursos federais aprovados parcialmente. No campo expográfico, o estudo das despesas aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Cultural do Distrito Federal revela também a realização do II Campeonato Nacional de Bandas do Instituto Nacional de Música da Funarte; a exibição do filme *O anjo azul*, em 1977, no Cine Brasília; o XII Encontro Nacional de Escritores, em abril de 1978, além da liberação de recursos do PAC para financiamento do curta-metragem *Câmara Cascudo*, de Marcílio Rodrigues Farias e Bruno Bormann Zero. No período, promoveu-se, ainda, a realização das exposições *O solo criado*, com a Galeria Global e a Rede Globo de Televisão; *Artistas Plásticos do Piauí*, no Touring Clube do Brasil; *Tapeçarias de Celeste Meira*, na galeria A da Av. W3 Sul, Q. 508; *Brasil Sorri*,

no Hall da Biblioteca Central da UnB; *Cholo Pinturas*, no Mezanino do Hotel Nacional; *Anico Rosália Hersokovits* exposição de gravuras com o apoio do Instituto Brasileiro Alemão de Porto Alegre (Ibapa), *José Roberto Aguilar*, pinturas, serigrafias e videotape, na Galeria B da 508; *20 anos de Brasília*, mostra fotográfica e *Vila Penteado*, de arquitetura paulista em parceria com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, do Museu da Imagem e do Som do Estado de São Paulo (Fundação, 1978).

Nos espaços da Fundação Cultural, houve o lançamento de artistas locais e grupos teatrais e musicais para a realização dos primeiros salões de arte da cidade e apresentações musicais, sem ônus, com apoio de embaixadas e institutos da Alemanha, Áustria e Holanda. Tais como a homenagem ao Maestro Camargo Guarnieri e grandes músicos brasileiros no III Encontro Nacional de Compositores, realizada conjuntamente à exposição *Instrumentos Musicais e Como São Tocados*, em parceria com o Instituto Cultural Brasil Alemanha e a exposição *Arquitetura Austríaca, 1900-1930*, com a Embaixada da Áustria (Fundação, 1978).

A gestão de Murtinho apoiou grupos de cultura popular e erudita em ações pontuais e espaços exclusivos nos quais trupes mambembes expunham a vanguarda do teatro brasileiro quebrando tabus em uma efervescência cultural e musical, de estilos e intencionalidades impactados pelos movimentos *hippies, punks* e *rock'n roll*, ainda registrados na memória da população no período. Nos espaços culturais da cidade, especialmente o da 508 Sul, situado no quadrilátero da primeira unidade de vizinhança, na W3 Sul, *performances* artísticas aconteciam nos velhos galpões, sede pioneira da Fundação Cultural e onde surgiriam os teatros Galpão e Galpãozinho. A primeira peça ali encenada *O homem que enganou o diabo e ainda pediu troco*, do jornalista Luiz Gutemberg, sob a direção da professora Laís Aderne, abria uma série de atividades apoiadas pela gestão Murtinho, entusiasta das possibilidades do espaço. Em 1977, já batizado como Centro de Criatividade, ganharia galerias de arte, tornando-se uma referência cultural para artistas da cidade.

Próximo dali se montou por meses uma estrutura geodésica, onde se exibiam *performances* memoráveis do artista Ary Pararraios, em uma

> espécie de bola monumento, ali no jardim da escola parque, com os artistas de Brasília, eu me lembro que estava o Rogério Duarte, Hugo Rodas, era uma Geodésica, um lugar criado nos jardins da escola parque, foi ele (Murtinho) quem trouxe e ele tinha uma alegria e chamava todo mundo. (Carvalho, 2017)

Em 1977, para cuidar da música erudita na capital, o secretário convidou o maestro Cláudio Santoro, então em visita ao país, para organizar o corpo artístico do Teatro Nacional de Brasília, dando início à composição da Orquestra Sinfônica de Brasília, seu coro lírico e seu corpo de balé. O convite levou Santoro a se instalar definitivamente em Brasília e selecionar os músicos da orquestra para sua primeira apresentação, em maio de 1979, em concerto de abertura dedicado a Villa Lobos. Idealizado para exibir as mais relevantes produções brasileiras, o Teatro Nacional, em formato piramidal, com os cubos brancos de Athos Bulcão, os jardins de Burle Marx e as obras de arte nas salas Villa-Lobos, Martins Penna e Alberto Nepomuceno abrigaram importantes apresentações teatrais, musicais e exibições em artes plásticas. Foi a casa da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro (OSTNCS), fundada em março de 1979 e até hoje uma das principais instituições do gênero no Brasil com milhares de concertos, temporadas de ópera e balé realizados com artistas nacionais e internacionais.

Ainda durante a gestão de Murtinho, artistas internacionais de grupos de teatro, de psicanálise e de artesanato em origami e estudiosos como Melanie Klein e Wilfred Bioen vieram da Alemanha e do Japão para dialogar com produtores e saltimbancos locais. Segundo o diretor teatral Hugo Rodas, esses artistas tinham "outra cabeça. E aí foi um apoio muito grande realmente, um apoio moral mesmo" (Carrijo, 2006).

Ao integrar educação e cultura, Murtinho criou público, ensinou crianças de todas as classes sociais a aplaudir em concertos, a sentar nos auditórios

e a esperar para sair das salas de projeção. Serviu-se de seu traquejo diplomático para criar gatilhos culturais na população no conturbado contexto político do momento.

Referências

BAGHDASSARIAN, William. Fazer o bolo crescer para depois dividi-lo. *Gazeta do Povo,* 2019. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/fazer-o bolo-crescer-para-depois-dividi-lo/. Acesso em: 20 abr. 2020.

BAIOCCHI, Josephina Desounet. *Entrevista.* Entrevistadores: Wanda Cosetti Marinho, Vera Lessa Catalão e Manoel Oliveira. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 28 fev. 1990.

BRASIL. Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 de fev. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 71.244, de 11 de outubro de 1972. Estabelece normas para a concessão de auxílio financeiro aos sistemas estaduais de ensino. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16 out. 1972, p. 9.186 (publicação original).

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 29 nov. 1968.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União,* Brasília-DF, 18 ago. 1971.

BRASIL. Lei n.º 6.366, de 15 de outubro de 1976. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estatuto do Magistério Oficial do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal.* Brasília-DF, 15 out. 1976.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. *Anuário de Diplomatas Brasileiros*. Departamento Geral de Administração. Divisão de Pessoal. Brasília, 31 dez. 1983.

CARRIJO, Elisangela. *(A)bordar memórias, tecer histórias:* fazeres teatrais em Brasília (1970 – 1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/3925. Acesso em: 29 fev. 2019.

CARVALHO. Vladimir. *Entrevista.* Entrevistadora: Maria Paula Vasconcelos Taunay. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 22 fev. 2017.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília.* ArPDF. Codeplan, DePHA. - Brasília: GDF, 1991.

CPDOC. UNB. *I Festival Latino Americano de Arte e Cultura.* Universidade de Brasília, set. 1987.

FEDF. Conselho Diretor. Resolução n.º 22, de 22 de maio de 1975. Extingue empregos de professor do ensino médio e professor do ensino fundamental, dá tabela de empregos permanentes da Fundação Educacional do Distrito Federal e cria a categoria profissional de professor de ensino de primeiro e segundo graus, distribuídos nas classes A, B, C. 1975. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=4200. Acesso em: 22 jan. 2019.

FEDF. Conselho Diretor. Resolução no. 83, de 09 de setembro de 1976. Regulamenta incentivos funcionais pela Resolução 22 de 22 de maio de 1975, que serão concedidos aos professores integrantes da tabela de empregos permanentes da Fundação Educacional do Distrito Federal e aqueles pertencentes aos quadros de pessoal do Governo do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/ResultadoDePesquisa.aspx?tipo_pesquisa=norma&ch_termo=957cf940fd1d4071ac79fdee4b43e77e&nm_termo=INCENTIVO%20FUNCIONAL Acesso em: 9 de abr. 2019.

FERREIRA Jr. Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *In: Educação e Sociedade*, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, Campinas, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdfAcesso em: 30 fev. 2019.

FORTE, Graziela Naclério. *A arte de Tuni Murtinho*. Unicamp, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/7564809/A_Arte_de_Tuni_Murtinho. Acesso em: 15 fev. 2019.

FREITAS, Tayanne Costa. *A educação do corpo na Escola Parque 210/211 SUL de Brasília.* Tese. Orientadora: Ingrid DiettrichWiggers. (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/38207: Acesso em: 29 nov. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. *Programação da Fundação Cultural 1975 – 1977*. Encarte. Arquivo Público Nacional/ MEC, 1978.

GDF. FEDF. *Proposta de Plano de Trabalho para a Encarregadoria da Direção de Seleção e Capacitação de Recursos Humanos.* Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 1976.

GDF. FEEDF. *Planejamento do I Seminário de Teatro na Educação.* Diretoria de Pedagogia. Acervo: Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 1975a.

GDF. SEC. FEDF. *A escola parque de Brasília.* Departamento Geral de Pedagogia, DGP, 1975c. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Disponível em: http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/867/docimage/original-2fa7f7c870af3739e1d2cabd017d3511.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

GDF. SEC. FEDF. *A profissionalização do Magistério no Distrito Federal, Doutrina e Prática*. DSG/ Seção de Trabalhos Gráficos. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 1975b.

GDF. SEC. Portaria n.º 17, de 07 de julho de 1980. Concede reconhecimento aos Estabelecimentos Oficiais de Ensino constantes do Anexo da presente Portaria, mantidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal, entidade que integra a Administração Descentralizada, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/7239/Portaria_17_07_07_1980.html. Acesso em: 30 mar. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* 4.ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1996. MEC. Ministério da Educação. *Carta convite do INEP para UNRWA/ Unesco.* MRE/ Arquivo Público Nacional, 1961.

MUDE. MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Estatuto da Associação Profissional de Professores do Ensino Primário e Médio de Brasília.* Acervo: Museu da Educação do Distrito Federal, 1961. Disponível em: http://samudex.museudaeducacao.com.br/uploads/store/document/1416/docimage/original-214905873fb23c32f6e010008b30f900.pdf. Acesso em: 4 abr. 2019.

MURTINHO, Wladimir do Amaral. *Entrevista*. Entrevistadora: Vera Margarida Lessa Catalão. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 5 fev. 1990b.

MURTINHO, Wladimir do Amaral. *Entrevista.* Entrevistadores: Luís Carlos Lopes e Marli Guedes da Costa. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, 26 jun. 1990a.

PASSARINHO, Jarbas. *Exposição de motivos do senhor Ministro da Educação e Cultura. In:* Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, out. 1971.

RABELLO. Branca Luísa Tamm. *Entrevista*. Entrevistadoras Eva Waisros Pereira, Cinira Maria Nóbrega. Transcrição: Gabriela Lafetá Borges. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. Brasília, 24 jun. 2004.

SINPRODF. *Quadro Negro.* Informativo. mar. 2019. Disponível em: https://www.SINPROdf.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Quadro-Negro205_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 9 out. 2019.

TEIXEIRA, Anísio. Plano das construções escolares de Brasília. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 35, n. 81, Rio de Janeiro, p. 195-199, jan./mar. 1961.

TODAS as histórias na palavra do Embaixador Wladimir Murtinho. Memórias da Construção do Palácio. *Jornal José,* 1977, ano 1, n. 65, p. 13.

XAVIER, Cleber. *Escola parque, apontamentos sobre Anísio Teixeira e o ensino da arte no Brasil*. Tese. Orientador: Thérèse Hoffmann. (Doutorado em Artes Visuais) Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/32017. Acesso em: 16 abr. 2019.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão